



## Congresso

# Proposta de novo Código Eleitoral quer proibir campanha nas igrejas

— Marcelo Castro (MDB), relator no Senado, disse também que vai retirar do texto que será apresentado na próxima semana o veto à publicação de pesquisas na véspera da votação

GABRIEL HIRABAHASI  
LORENNIA RODRIGUES  
BRASÍLIA

O senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator do novo Código Eleitoral no Senado, disse, em entrevista ao *Estadão/Broadcast*, que vai fazer ao menos duas importantes mudanças em relação ao texto aprovado na Câmara dos Deputados. Castro irá derrubar a proibição à publicação de pesquisas eleitorais às vésperas da eleição e vai vetar campanhas eleitorais em templos religiosos.

Esses dois dispositivos estão entre os mais polêmicos do Código Eleitoral aprovado na Câmara em 2021. Desde então, o texto vem sendo amadurecido no Senado e já teve três relatores nos últimos anos — Castro é o último deles.

A proposta aprovada na Câmara proibia a divulgação de pesquisas eleitorais a partir da véspera da eleição. O argumento usado à época foi o de que os resultados desses levantamentos poderiam influenciar o voto dos eleitores. Castro adiantou que já decidiu retirar esse trecho.

## Casas Câmara dos Deputados dará a palavra final sobre os dispositivos alterados pelos senadores

“O Supremo Tribunal Federal já se manifestou sobre e disse que não pode haver esse tipo de restrição (às pesquisas eleitorais), porque viola o direito à informação do cidadão. Então, nós vamos manter a legislação como é atualmente, ou seja, a consulta pode ser feita até o dia anterior e ela pode ser publicada inclusive no dia da eleição”, disse.

O senador, porém, incluiu uma nova obrigação às empresas que realizam esse tipo de pesquisa. Elas terão de apresentar em seus levantamentos os resultados das pesquisas realizadas quatro anos antes. O objetivo é mostrar o quanto esses dados se aproximaram do resultado registrado nas urnas.

“Nós aproveitamos a ideia que a Câmara teve que é dos

institutos não manipularem o resultado das eleições para influenciar nas eleições”, afirmou. “Nós estamos colocando na legislação que nós estamos fazendo que toda vez que o instituto de pesquisa for publicar um resultado eleitoral, para os cargos do Executivo, ele tem que publicar juntamente com o resultado da pesquisa que está fazendo as três últimas pesquisas que ele fez na eleição anterior sobre o candidato que ganhou a eleição”, completou.

Não haverá qualquer tipo de punição prevista caso os resultados eleitorais e os registrados nas pesquisas forem diferentes. O objetivo, segundo o relator, é expor empresas que eventualmente façam levantamentos para influenciar no pleito.

**CULTOS.** O relator confirmou, ainda, que vai derrubar a permissão para campanhas políticas em templos religiosos. Segundo ele, um templo religioso “é o lugar de se praticar religião, não é lugar de se praticar política”. “Esse é um tema mais do que polêmico. É um tema que traz sempre muita divergência, mas nós achamos que a igreja não é lugar de campanha eleitoral”, afirmou.

“Nós respeitamos todas as religiões, seja de que credo for, está na Constituição. Nós somos um Estado laico. Mas não é um ambiente próprio para se fazer campanha eleitoral.”

O texto aprovado na Câmara permite que seja realizada campanha política em templos religiosos e universidades. A inclusão desse dispositivo foi uma demanda da bancada evangélica da Casa.

A legislação eleitoral atual permite a campanha política em universidades. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em 2020, afastar qualquer punição nesse sentido. No caso dos cultos, porém, há um entendimento de que a campanha a favor de um candidato dentro de um templo pode configurar abuso de poder religioso.

Castro reforçou que vai manter em seu texto a permissão para as campanhas políticas nas universidades. Segundo ele, o ambiente universitário “é de uma multiplicidade de pensamentos e de ideias”.

“Universidade é aberta, as pessoas podem debater as suas



Senador Marcelo Castro: mudanças no texto aprovado na Câmara

### Para entender

#### Pontos estão entre os mais polêmicos do Código

##### ● Mudanças

O senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator do Código Eleitoral, defende pelo menos duas mudanças no texto aprovado pelos deputados. Ele pretende derrubar a proibição à publicação de pesquisas eleitorais às vésperas da eleição e vetar campanhas eleitorais em templos religiosos.

##### ● Polêmica

Esses dois pontos são considerados os mais polêmicos do Código Eleitoral aprovado em 2021 na Câmara. No Senado, o texto vem sendo debati-

do e já teve três relatores nos últimos anos

##### ● Pesquisas

A proposta aprovada na Câmara veta a divulgação de pesquisas a partir da véspera da eleição. O argumento dos deputados é o de que os resultados desses levantamentos podem influenciar o voto dos eleitores. Para o relator, esse tipo de restrição viola o direito do cidadão à informação

##### ● Campanha

Castro afirmou também que vai derrubar a permissão para campanhas em templos religiosos. Segundo ele, um templo “é lugar de se praticar religião, não é lugar de se praticar política”. O texto aprovado na Câmara permite campanha em templos e universidades

“Nós respeitamos todas as religiões. Mas não é um ambiente próprio para se fazer campanha eleitoral”

Marcelo Castro (MDB-PI)  
Relator do Código Eleitoral  
no Senado

ideias em qualquer ambiente, não há uma doutrinação, não há uma formação, não uma ideologia definida. A universidade comporta todo mundo, todas as crenças e todas as ideologias. Até quem não tem crença nenhuma e quem não tem ideologia participa da universidade também”, completou.

O relator disse que deve apresentar seu relatório na próxima semana. A expectativa dele é de que o Código Eleitoral seja votado até maio no Senado. Depois, a proposta te-

rá de ser encaminhada novamente à Câmara, que dará a palavra final sobre os dispositivos alterados pelos senadores.

**PEC.** O relator calcula que a proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece o fim da reeleição seja votada ainda neste semestre pelo Senado. “Não vamos fazer isso sem ouvir a sociedade, não vamos fazer de maneira autoritária. Nós vamos ouvir toda a sociedade, ouvir todos os senadores. Vamos também estabelecer negociações com a Câmara dos Deputados. Nós esperamos fazer isso até junho deste ano e esperamos neste semestre ainda votar aqui no Senado para poder enviar para a Câmara dos Deputados”, afirmou.

Castro relatou ter apresentado o assunto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em reunião que o petista teve com líderes do Senado e com o presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Segundo o relator, Lula expôs aos parlamentares sua posição a favor da reeleição.

“O presidente manifestou que ele, hoje, é a favor da reeleição e ele mesmo disse que era contra a reeleição. Hoje, ele é a favor e a razão que ele deu é porque acha que o mandato de quatro anos é muito exiguo para o presidente da República, o governador e o prefeito elaborarem os seus planos e executar.”

O senador, porém, afirma ser “radicalmente contra a reeleição”. “Acho que foi um instituto que trouxe muito defeito, muita distorções para a gestão pública do Brasil”, afirmou.

**‘DIREITO ADQUIRIDO’.** Mesmo diante da posição manifestada por Lula, Castro disse que não pretende fazer alterações na PEC. Segundo ele, tanto petista e os governadores eleitos em 2022 poderão se reeleger em 2026, quanto os prefeitos que forem eleitos em 2024 também poderão disputar a reeleição nos próximos pleitos. O fim da possibilidade de ter mais um mandato se encerraria apenas em 2030.

“A PEC não mexe com nenhuma expectativa de direito. O presidente Lula vai ter o direito de disputar a sua reeleição, a PEC não mexe com isso”, completou. ●